

Movimento Negro no Brasil

Maria Consuelo Cunha Campos- UERJ

Nas palavras do ex-senador e militante histórico afrobrasileiro Abdias do Nascimento, em Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997

“ o registro histórico do Movimento Negro no Brasil continua muito precário, ensejando aos jovens militantes, à sociedade e aos estudiosos em geral um conhecimento limitadíssimo dos fatos” (NASCIMENTO, 1997:70).

Segundo ele, as razões para esta situação são decorrentes da própria trajetória de uma comunidade, como a afrobrasileira, historicamente destituída de poder econômico e político, refletindo-se na instabilidade, ao longo do tempo, de entidades: falta crônica de recursos, de infra-estrutura, de espaço físico e mesmo de apoio de segmentos da sociedade maior.

Ao formular no singular –movimento negro no Brasil- um tema bastante complexo, modulado por diversidade de enfoques e de estratégias das lutas negras durante quase quinhentos anos, Abdias destacou a continuidade de um protagonismo negro, na luta antiescravista e antiracista , empreendida através da linha do horizonte histórico, de cada época, da comunidade negra.

Com efeito, a presença africana e afrodescendente, não apenas no Brasil mas nas Américas, sofre, desde o período da formação histórica das nacionalidades, até hoje, as consequências do trauma coletivo da migração forçada do continente africano , com a escravidão.

Diferentemente do ocorrido nas outras migrações (como a dos degredados, também imposta, porém noutras condições e em número incomparavelmente menor; ou como a dos muitos que, provenientes de vários países da Europa, da Ásia, vieram para o Novo Mundo por escolha própria de seu local de destino, seja para “ fazer a América” , como se dizia, então, ou para libertar-se de perseguições religiosas em seus lugares de origem), a dos africanos trazidos como escravos singulariza-se como a maior das migrações

coletivas forçadas da história da humanidade: tanto em número quanto em tempo de duração, nenhum outro deslocamento coletivo forçado a igualou ou excedeu.

Nesta rota atlântica, o Brasil, como ponto de chegada, apresentou o seguinte quadro:

“ Para cada dez africanos aprisionados, apenas um chegava ao porto de destino. Alguns morriam ainda nos postos de embarque. Um número considerável era atirado ao mar devido a enfermidades, mortos de sede. Por fim, nos mercados de escravos, já no Brasil, outros não resistiam aos sofrimentos da travessia atlântica e descansavam nos braços da morte”, conforme narra o ex-senador Abdias do Nascimento (NASCIMENTO, 1997: 37).

A partir dos que sobreviveram a estas condições extremas, construiu-se, aqui, não apenas a maior nação africana fora da África, mas também um importante capítulo da história geral da luta negra contra a escravidão e estratégias correlatas de dominação, no que o mesmo autor denominou “crônica da constante e multifacetada resistência dos africanos” (NASCIMENTO, 1997: 39), desde o suicídio, as fugas, os infanticídios cometidos pelos genitores com a finalidade de libertar os recém-nascidos do seu mesmo destino como escravos, o assassinato de senhores, feitores, **capitães-do-mato**, até a luta organizada, nos quilombos e em outros movimentos de revolta coletiva, tais como as guerrilhas e as insurreições urbanas.

As primeiras incursões portuguesas no tráfico escravista remontam ao final do século XV. No bojo das grandes navegações, deram-se, inicialmente, na Ilha da Madeira e em Porto Santo. Posteriormente, ocorreram nos Açores e em Cabo Verde. Em meados do século XVI, o Brasil é incluído na rota, quando os primeiros latifúndios demandaram braços para a lavoura.

Tendo sido os primeiros europeus a escravizarem africanos, os colonizadores portugueses, paralela e complementarmente ao tráfico, empenharam-se em mecanismos de destruição das identidades culturais negras, num longo processo de rasura e de desqualificação de suas memórias culturais, de alguma forma semelhante ao que sofreriam também os povos indígenas aqui.

Sendo étnica e culturalmente diversos entre si, como, também, o eram os povos indígenas, os negros para cá trazidos pertenciam a civilizações bantas da Contra Costa, dos moçambiques, do grupo angolano-congolês, com

ambundas – cassagues, bangalas, dembos – de Angola, congos cambindas do Zaire e os benguela; a civilizações islâmicas, como as peuls, mandingas, haussá, tapa, bornu e gurunsi e os sudaneses vindos da Nigéria e do Daomé, da Costa do Ouro, iorubás, ewe, fon, finti-ashantis ou minas, krumanos, agni, zema e timini.

Durante o trânsito forçado, povos inteiros foram aniquilados, enormes contingentes humanos ,capturados e submetidos à condição de mercadoria, sob grilhões. As armas eram reforçadas, ideologicamente, por discursos legitimadores das práticas violentas, cristalizados no racismo, de modo que, embora majoritária, na população brasileira, desde a colônia até hoje, a população afrodescendente constitui aqui uma maioria de fato ainda minorizada pela desigualdade .

Falando diversos idiomas maternos e até guerreando-se , ainda na África, entre si, os escravos provenientes das mais diversas etnias e culturas, inclusive religiosas, tiveram em comum, no Brasil, apenas a condição social, com o aviltamento imposto por uma situação que visava a desarticular-lhes as respectivas identidades , homogeneizando-os de modo forçado, pela redução à cor da pele .

Diferentemente do que sucedeu em outras regiões da América do Sul, como no Peru e na Colômbia, por exemplo, onde a escravidão se circunscreveu a áreas determinadas, numa espécie de regionalização do escravismo, no Brasil, a instituição abarcou toda a imensa extensão territorial: o país teve a maior percentagem de escravos desembarcados do mundo, seis vezes mais do que a dos Estados Unidos e mais do que o dobro em relação à da hispano-América e do Caribe, francês e inglês.

“ O trabalho escravo modelou a sociedade brasileira durante esse período, deu-lhe o ethos dominante, estabeleceu as relações de produção fundamentais na estrutura dessa sociedade e direcionou o tipo de desenvolvimento subsequente de instituições, de grupos e de classes, após a Abolição”, assinala Clóvis Moura (MOURA, 1987: 7 e 8).

Se a violência foi o próprio alicerce do regime escravista , ela foi exercida não apenas fisicamente , no dia-a-dia (através do chicote, do pelourinho, das máscaras de ferro, das gargalheiras, bacalhaus, etc, com os feitores e capitães-do-mato a serviço dos interesses senhoriais) mas também no nível simbólico , com a desqualificação dos rituais religiosos, dos idiomas e das tradições culturais dos negros.

A este mecanismo de produção do esquecimento das raízes , o etnocentrismo que permeou o projeto colonialista acrescentaria ainda a

aculturação, visando a cortar , com isto, também os laços afetivos, e a internalizar, nos afrodescendentes, a ideologia racista branca, assim minando-lhes a auto-estima.

No que Sebastião Rodrigues Alves, pesquisador e militante afrobrasileiro- denominou “abolição da memória”(ALVES, 1997: 162), desempenhou papel chave o conceito colonialista de “ civilização”, através do qual se justificavam as agressões à memória cultural negra através do propósito “ doador” de usos e hábitos, normas e crenças do colonizador branco.

A nova escravidão, introduzida com o mercantilismo e o colonialismo, constituiu, portanto, o alicerce do modo de produção implantado não apenas no Brasil mas também nas Américas como um todo, diferindo daquela que existiu desde a Antiguidade e que era decorrente de fatores outros, como as guerras de conquista e as dívidas impagáveis.

O novo escravismo colonial foi, diversamente, parte de uma divisão geopolítica da maioria do mundo conhecido de então, cabendo à Europa drenar em seu próprio favor, como coração do império, a riqueza necessária, das colônias , para alavancar o capitalismo e, com ele, a revolução industrial.

À África, competiria o fornecimento de **mão -de obra**, não remunerada e contínua, renovável por séculos, enquanto a América deveria propiciar a esta divisão o vasto e fértil solo, para onde seria transferido, com vantagem, o campo europeu, o celeiro do Velho Mundo, além do riquíssimo subsolo ,de onde brotariam as riquezas minerais...

Em tal contexto histórico, o movimento associativo dos quilombos constituiu parte importante do projeto de resgate, pelo negro, de sua liberdade e dignidade coletivas, golpeadas pela escravidão e suas consequências.

Mais do que, simplesmente, canalizar fugas de escravos, o movimento quilombola representou a organização sócio-política e econômica de uma sociedade alternativa, em relação ao modelo hegemônico, multiplicando-se no espaço e dilatando-se no tempo, de modo amplo e permanente.

Tendo começado de maneira aparentemente acidental, esporádica, devido à urgência mesma da luta contra o escravismo, o movimento quilombola transformou sua improvisação inicial numa prática metódica de recusa da exploração e da violência .

Notável foi a participação feminina nos quilombos: o de Alcobaça, no Pará, por exemplo, foi liderado por uma mulher (Felipa Maria Aranha), no século XIX ,o mesmo ocorrendo com o de Quariterê, em Mato Grosso, liderado por Teresa do Quariterê .

Como formas associativas, os quilombos localizaram-se tanto no coração de florestas de difícil acesso- facilitando, desta forma, a defesa e a organização sócio-econômica alternativa- quanto, ao contrário, no coração mesmo do universo escravista, assumindo, neste último caso, modelos de organização permitidos, ou tolerados, pela classe senhorial.

Entidades negras religiosas católicas, recreativas, beneficentes, esportivas, culturais, de auxílio mútuo, para além de seus objetivos declarados, desempenharam também importantíssimo papel social para a comunidade afrodescendente, como locus de resistência cultural.

Abdias do Nascimento utiliza o conceito contemporâneo de rede (NASCIMENTO, 1998: 98) para caracterizar tais associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, gafieiras, escolas de samba, identificando neles “quilombos legalizados” face à sociedade dominante, enquanto, do outro lado desta fronteira, erguiam-se os outros quilombos, radicalmente confrontadores.

Para ele, “o modelo quilombista vem atuando como idéia –força, energia que inspira modelos de organização dinâmica”(NASCIMENTO, 1998: 99), como um ideal difuso, sim, mas consistente e perseverante a permear as lutas afrobrasileiras através do tempo, como uma unidade, na diversidade, uma só afirmação étnica e cultural, aliada a uma prática de libertação e resistência, o que o leva a conceituar o quilombismo como um “complexo de situações e significações (...)”práxis afro-brasileira de resistência à opressão e de auto-afirmação política”(NASCIMENTO, 1998: 98).

Neste conceito amplo, Abdias inclui a Escola de Samba Quilombo, do subúrbio carioca, e, nela, especialmente, a atuação do inesquecível compositor Candeia, seu organizador, nos anos 70, visando à preservação da cultura negra através do valor político e social do samba, em oposição à importação, pela cultura brasileira, de produtos culturais prontos, acabados.

Como resistência anticolonial e anti- imperialista, o quilombismo se articula, segundo o mesmo autor, ao pan-africanismo, ao defender uma solidariedade radical com todos os povos “ em luta contra a exploração, a opressão, o racismo e as desigualdades motivadas em função de raça, cor, religião, sexo ou ideologia”(NASCIMENTO; 1998: 100).

As organizações de ajuda mútua e sociedades reivindicatórias afrobrasileiras, globalmente consideradas, abrangiam entidades diversas, em seus propósitos, por vezes convergentes, como as irmandades católicas e as caixas de empréstimo, por exemplo, estas recolhendo donativos para a compra de alforrias.

Algumas delas se espalharam por quase todo o país e sobreviveram à abolição , quando passaram a acolher, ao lado dos ex-escravos ,também imigrantes europeus anarquistas.

Nem todas as organizações, todavia, eram efetivamente representativas dos anseios da comunidade afrodescendente. Em 1812, por exemplo, a coroa patrocina o surgimento de uma associação negra, a Companhia de Pretos de Pernambuco, como uma resposta às rebeliões.

Através de lideranças negras comprometidas com as classes dominantes, seriam filtradas as queixas dos associados, num peleguismo precursor do que existiria no século seguinte(quando foram regulamentados por um conjunto de leis específicas não só o trabalho livre , em si ,como também as organizações sindicais).

Para bem situar, entretanto, o fenômeno histórico do quilombismo brasileiro dentro do contexto da resistência negra nas Américas, é preciso ter presente os cimarrones mexicanos, os palenques em Cuba e na Colômbia, os cumbes venezuelanos e as sociedades maroons da Jamaica e dos Estados Unidos, pois, como bem destaca Clóvis Moura , “ onde quer que a escravidão existisse, o negro marron, o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava” (MOURA, 1987: 12).

Ligados ao vodu, os negros haitianos formaram, por seu turno, núcleos de refugiados nas florestas , para lutar pela independência , constituindo, de 1758 até a libertação do país, em 1804, o seu contingente social e militar mais importante .

Ao longo das Américas, todavia, vários são os movimentos liderados ou fortemente influenciados pela população escrava rebelada. Desde a revolta de Makantal, no mesmo Haiti, passando pelo movimento venezuelano Coro (1795) e não esquecendo a sucessão colombiana de palenques, a resistência negra verificou-se, não menos, nos Estados Unidos.

Na Guiana Francesa, um conjunto de quilombos, Busch Negroes, desafiou o tempo. O Panamá viu a liderança de Bayano apavorar as autoridades coloniais espanholas, até sua morte, numa masmorra metropolitana.

Quanto à organização, havia, entre os quilombos, organizações de grande porte e aqueles compostos de pequenos grupos de homens armados , não mais do que oito.

Mesmo estes últimos mobilizaram, para sua captura pelo sistema, profissionais como os rancheadores cubanos, equivalentes aos capitães- do mato, no Brasil, aos coromangee ranger, nas Guianas, que se utilizavam de

animais adestrados na caça aos evadidos. As bandeiras também caçaram quilombolas.

Entre os maiores quilombos, o de Manuel Congo, que foi aclamado rei, no Rio de Janeiro, e o de Palmares, o mais emblemático deles, na Serra da Barriga, em Alagoas, podem ser lembrados.

Todos, porém, independentemente do seu tamanho ou do seu tempo de duração, desgastaram, em grau maior ou menor, as forças escravistas, seja por sua ação militar, seja pelo rapto de escravos e outras formas de criação de elementos de crise na estrutura escravista.

Como revolta organizada, os movimentos negros visaram, por vezes, explicitamente, à tomada do poder político. Foi o caso do levante dos malês, muçulmanos, entre 1807 e 1835, na Bahia. Existiram também outros tipos de insurreições armadas, como a de Manuel Balaio, no Maranhão, em 1839.

Julio J. Chiavenato, em O Negro no Brasil, reporta tentativas de fundação, na Bahia, de um estado teocrático islâmico, orientadas a partir da África (CHIAVENATO, 1986: 155), onde alufás islamizavam os outros negros e os ensinavam a ler o Alcorão e a escrever em árabe, hauçá, iorubá com o alfabeto arábico.

Hauçás e nagôs, que protagonizaram as guerras religiosas na Bahia, constituíam uma elite intelectual africana, mantendo a ligação com o continente de origem, onde as jihads ou guerras santas contra os infiéis eram decretadas.

Mas não era somente a literatura religiosa o que os hauçás preservavam e sim todos os acontecimentos de sua vida.

Zelando pela continuidade e expansão da fé islâmica, vinham autoridades religiosas da África e convertiam negros já nascidos no Brasil, transmitindo-lhes o legado da tradição hauçá em seus aspectos religiosos e culturais em geral, de modo que os escravos desta etnia e fé religiosa tinham um nível cultural bem superior ao de seus senhores.

Organizavam-se, inclusive, em sociedades secretas, estudavam o Corão em grupos.

Quando a rebelião de 1835 foi vencida, os documentos apreendidos revelaram o alto grau da organização hauçá, tendo sido encontrados manuscritos em árabe com os planos da revolta, além de diversos livros no idioma, que a ignorância policial jogou fora: chegou a haver, portanto, uma literatura hauçá na Bahia.

Além de professores, eram estes alufás grandes militares, guerreiros sagrados, combatentes corânicos. Sua luta não se restringia a ser contra os

brancos escravistas, mas contra todos os infiéis, como são denominados no Islã os não muçulmanos.

Dispersados, depois, por quase todo o Norte e o Nordeste, o tráfico interno incrementado com o fim do comércio escravista com a África, seus remanescentes vieram em grande número para São Paulo.

Os novos senhores admiravam, atônitos, estes escravos que não apenas liam e escreviam, mas também chegavam a recitar poemas de Castro Alves.

Segundo Chiavenato, somente as delações de outros negros, motivadas pelo temor ao fundamentalismo religioso –uma vez que os islamitas não aceitavam em seu estado teocrático ninguém que não fosse muçulmano- teria ocasionado sua derrota para as forças escravistas.

Em sentido inverso, Abdias do Nascimento (1997: 90) vê em Palmares, ainda que de forma apenas incipiente, o que seria conhecido, conceitualmente, como pan-africanismo, isto é, a afirmação de uma África unida, livre do colonialismo e do neocolonialismo, como fonte de apoio à diáspora africana pelo mundo todo.

Ao congregar africanos e afrodescendentes de todas as origens, em demanda da liberdade, o quilombo da Serra da Barriga teria praticado, *avant la lettre*, esta unidade essencial ao mundo africano, de resistência ao capitalismo, ao colonialismo e ao racismo.

Por isso, Palmares foi não apenas o maior dentre os quilombos, no Brasil, mas também a primeira tentativa de um estado livre empreendida nas Américas ainda no século XVII.

É possível localizar ali e então a luta organizada, que se estenderia ainda por séculos, em prol da abolição, na medida em que Palmares desestabilizou regionalmente, e por mais de um século, o sistema escravista.

Embora submetido à pedagogia do esquecimento histórico, da desqualificação, nos currículos escolares brasileiros, o episódio dos quilombos, mormente em Palmares, revestiu-se de características absolutamente singulares, como a resistência, por mais de um século, à repressão militar, a tal ponto que somente o maior dos contingentes militares reunidos anteriormente à Independência, no Brasil, conseguiu destruí-lo.

Ali se praticou uma agricultura muito mais diversificada- e sofisticada- do que a da região na qual se localizava. A historiografia tradicional, conservadora, minimizou ou mesmo omitiu o relevo sociológico, político e histórico e econômico do fenômeno.

São tradicionalmente apontados entre os fatores de êxito de Palmares a sua localização, entre a impenetrabilidade da floresta e a fertilidade das terras,

onde eram abundantes a madeira, a caça, a água, bem como a boa utilização dos meios de defesa, além do fato histórico da ocupação holandesa do Nordeste açucareiro, o que teria desarticulado e desorganizado as estruturas coloniais da dominação portuguesa e, assim, facilitado as condições de fuga dos escravos.

Cumprido, todavia, lembrar que havia nascimentos no interior do quilombo (gerando aumento demográfico vegetativo) e que ocorria também integração de elementos provenientes de outras etnias discriminadas (indígenas) e de outras camadas da população eurodescendentes (brancos pobres e perseguidos), oprimidos pelo sistema colonial.

A economia palmarina chocava-se contra os mecanismos da economia escravista, que era voltada para a produção de exportação ao mercado europeu, principalmente do açúcar.

Quase nada, portanto, restava desta produção na colônia, seja em termos de riqueza retida internamente, seja de lucro proveniente da venda da produção escoada, daí o paradoxo de um Brasil extremamente rico em recursos naturais abrigar uma população livre endividada, pagando juros extorsivos, taxas e toda sorte de impostos às autoridades coloniais, ocorrendo, em consequência, a fome e a baixa qualidade de vida.

O sistema produtivo palmarino confrontou permanentemente esta economia da abundância para a metrópole e de penúria para a colônia que foi a do sistema escravista.

O trabalho agrícola cooperativo e comunitário opunha-se ao forçado e degradante, havendo, além disto, o trabalho artesanal, com toda sorte de artifícios, num repúdio explícito ao sistema sesmeiro latifundiário monocultor.

Valores como solidariedade e cooperação eram, portanto, a base do sistema de quilombos. Neles não existiam, conseqüentemente, vadios, nem exploradores.

Com várias gerações sucessivas de brasileiros nascidos e crescidos naquele sistema, pôde diversificar-se, paulatinamente, utilizando técnicas de plantio, rega e colheita originárias da África, numa policultura intensiva.

A organização social e política confederada e republicana do quilombo faz supor que a propriedade de terras, nele, fosse da população como um todo, não privada, uma vez que, corroborando a hipótese, os negros trouxeram do continente africano a tradição da propriedade coletiva da terra.

Palmares teria significado, então, também, uma pequena reforma agrária, séculos atrás, infelizmente desmanchada a ferro e fogo.

Paralelamente ao desenvolvimento das atividades agrícolas, táticas e técnicas militares eram estabelecidas lá

.A militarização, ao contrário da que ocorrera na sociedade maior, não visava à defesa da propriedade privada, mas à defesa da república comunitária como sociedade alternativa ao modelo colonial

Constituiu-se, portanto, num incentivo implícito à luta maior contra o colonialismo e num desafio permanente, extremamente ameaçador, aos olhos do sistema, ao modelo escravista.

A quilombagem aterrorizou de tal forma os senhores que entre estes se desenvolveu, segundo expressão de Clóvis Moura, uma síndrome do medo (de que uma revolta incontrollável dos escravos pusesse abaixo toda aquela organização social alicerçada no escravismo).

Após a emblemática revolução haitiana, o sentimento dominante de temor, entre os proprietários de escravos, traduziu-se, no Brasil, como bem o demonstrou o mesmo autor, analisando a documentação da época- a correspondência entre a metrópole e as autoridades coloniais- sobretudo sob a forma do receio a uma conexão internacional de escravos atacando o sistema.

Se a empresa colonialista estava sendo, havia séculos, um evento internacional eurocentrado, não obstante as rivalidades entre as potências colonialistas européias envolvidas em disputa pela extensão de cada um de seus respectivos impérios, a perspectiva mesma de uma incipiente globalização da resistência ao escravismo acordava terrores.

Ela motivou, por isso mesmo, uma carta régia, datada de 1798, ano da chamada Inconfidência Baiana, ordenando que fosse vigiada a tripulação de um navio francês, então ancorado em porto baiano porque, a pretexto de buscar o explorador La Pérouse, que se teria extraviado em mares do Sul, ela poderia tentar disseminar, no Brasil, o espírito de liberação que soprava então da França....

Era o delito de “ francesia”, daquilo que, para os senhores eram os “ abomináveis princípios franceses” (MOURA, 1987: 65) entre os escravos e as camadas populares ou subalternas, mencionado nos autos da devassa da dita Inconfidência Baiana.

A difusão do ideário da Revolução Francesa entre escravos, no Brasil, foi considerada altamente desestabilizadora do sistema escravista e, como tal, reprimida com o máximo de rigor, principalmente nas sentenças contra os implicados no movimento, muitos dos quais escravos, mas havendo também indivíduos livres, originários das camadas subalternas da população .

Uma exemplaridade brutal marcou a aplicação de tais penas: o esquartejamento dos cadáveres dos enforcados, com a exposição pública das partes dos corpos supliciados, a infâmia sobre seus descendentes, tudo isto funcionando com forte efeito de dissuasão de novas tentativas, na população.

Como as grandes sublevações de escravos, na parte francesa da ilha de São Domingos, levaram à independência o Haiti, onde a população branca fora exterminada, a repercussão de tais notícias em locais onde a escravidão se mantinha incrementava o pavor de que este rastilho da revolta rapidamente se propagasse.

Não faltou, por exemplo, quem, como Varnhagen (1956:24), visse nesta mesma Inconfidência Baiana de 1798 traços haitianos.

Uma “Segunda São Domingos” temeram as classes senhoriais do Recife, em 1824, quando uma revolta de negros e mulatos, nos engenhos, liderada por Emiliano Mandurucu, celebrou, em versos, o rei Cristóvão, do Haiti.

Numa época- 1805- em que a impressão de uma figura era praticamente impossível, proibidas as tipografias no Brasil colonial, uma estampa de Dessalines, o imperador dos negros da ilha de São Domingos era arrancada, por ordem do Ouvidor, do peito de milicianos negros artilheiros, o que comprova que não só era conhecida, mas também admirada - a ponto de se tornarem suas figuras ícones da libertação- a revolta haitiana.

Carlos Guilherme Motta menciona o comodoro inglês Bowles que, em 1817, no Recife, noticiava para a Europa o grau de mobilização de escravos como algo que poderia resultar na expulsão de todos os brancos do continente e do estabelecimento de uma segunda São Domingos em território brasileiro (MOTTA, 1972: 43).

Em Violência e repressão no Nordeste, o historiador José Octavio afirma que o motim de Pedroso, de 1823, teria sido “vagamamente inspirado nas rebeliões negras do Haiti” (OCTÁVIO, 1985: 28-9).

Delações, inclusive anônimas- acusações de toda sorte- se multiplicaram em Sergipe, onde um movimento congregando intelectuais, elemento do corpo dos Henriques, negros e pardos forros, e escravos teria por objetivo instalar um governo local inspirado no haitiano.

Em 1831, o Desembargador Pedro Antônio Pereira Barreto, encarregado de polícia da corte, oficia ao ministro da justiça acerca de um desembarque, no Rio de Janeiro, de “pretos da ilha de São Domingos” (APUD MOTT: 1974, 6), os quais aqui teriam chegado em missão política.

Houve também, como refere Clóvis Moura, outra conexão internacional da quilombagem, comprovada documentalmente, conectando negros da Amazônia brasileira aos “ marrons”, como eram chamados os revoltosos, da Guiana Francesa e da então Guiana Holandesa (MOURA ,77).

O temor à internacionalização da resistência ao escravismo maior se tornava pelo fato de várias das províncias brasileiras do império fazerem fronteira com países onde não mais existia escravidão.

Em 1885, apenas 3 anos antes da Abolição oficial, ocorre o episódio da proclamação da República de Cunani, episódio pouco conhecido da história brasileira do segundo reinado.

Estendendo-se entre o Oiapoque e o Araguari, com cerca de 600 habitantes, ela surgiu a partir de um núcleo de escravos foragidos. A ele acrescentou-se um outro grupo, constituído de evadidos da justiça.

Entre os integrantes desta república, muitos participaram da Cabanagem e desejavam agrupar-se ali e resistir à escravidão e à monarquia ,dando um sentido organizacional à utopia libertária que uniu aos escravos que fugiram, os camponeses perseguidos e os foragidos da justiça, sob a presidência do **novelsita** francês Jules Gros que, de Paris, onde residia, formou seu ministério.

Nos dias finais do escravismo, uma quantidade de imigrantes europeus foi injetada no mercado de trabalho brasileiro, visando à substituição da mão-de-obra escrava bem como ao branqueamento da população.

A camada senhorial desenvolveu mecanismos inibidores de alianças entre os dois segmentos subalternos, escravos e imigrantes, que pudessem frustrar o projeto hegemônico: vigilância policial, resultando na prisão de italianos, portugueses e outros imigrantes, marcaram especialmente este controle.

Em Ibicaba, distante de Campinas apenas poucas léguas, um movimento de colonos suíços e alemães foi associado a escravos quilombolas, despertando, já em 1857, o temor de que o ideário socialista, que então se expandia na Europa, aqui vicejasse. O Manifesto de 1848 suscitava, nas elites escravocratas, o pavor ao perigo comunista...

Em seu artigo introdutório à obra de Joaquim Manuel de Macedo, intitulado “As vítimas - algozes e o imaginário do medo”, Flora Sussekind observa a construção do temor, nas camadas senhoriais, por escritores e artistas brancos ,como argumento emancipacionista, preconizando eles o fim gradual da escravidão, não em defesa do escravo ,mas sim dos próprios interesses senhoriais.

A reação ao “perigo negro”, neste discurso senhorial destinado a seus pares, vale dizer a outros senhores, visava anular, no nascedouro, diante daquilo que se via como inevitabilidade de um fim da escravidão, sempre protelado, ao longo do tempo, qualquer receptividade à idéia de uma política compensatória, para os escravos: disseminando a idéia de uma indenização, pelos cofres públicos, ao senhores, pela perda desta mão-de-obra e o dano patrimonial, simultaneamente se preconizava a substituição, nestas propriedades, não só da mão-de-obra escrava, tornada obsoleta face ao novo estágio capitalista, e dos velhos métodos agrícolas, por uma modernização bem mais lucrativa, fábricas e novas máquinas adquiridas com o lucro das indenizações, mas também a sua operacionalização por um novo contingente de trabalhadores, brancos, europeus.

Este reforço identitário senhorial, através da exaltação de interesses comuns deveria funcionar como mecanismo de persuasão e coesão, instrumentalizando e canalizando o pânico das rebeliões, numa construção ficcional dos senhores, como ocorre nos “quadros da escravidão”, de Macedo, mediante representações sociais positivas, em contraste com a satanização das vítimas da escravidão representadas como efetivos ou potenciais algozes.

No âmbito das lutas dos séculos XVIII e XIX, um rápido cotejo entre duas formas de Inconfidência (designação tradicional que, todavia, perpetua o ponto de vista colonialista sobre os eventos), a mineira e a baiana, enquanto revoltas no seio do ordenamento colonial e no da transição da colônia para o império, mostraria que a primeira foi um movimento de intelectuais, sacerdotes, bacharéis, literatos, proprietários de terra, alguns dos quais portugueses, outros eurodescendentes, enquanto a última, de gente do povo-soldados, alfaiates- negra, mulata, pobre.

Artífices, operários, agricultores, articularam-se, libertos e escravos, nas ruas, para demandar o acesso, sem distinção de raça, aos postos de trabalho, vedados devido ao preconceito, a eles.

Sentenciados à morte e executados, como o fora, anos antes, Tiradentes, seus líderes, entretanto, permaneceram no olvido por ainda bem mais tempo do que este, que teve seu heroísmo lembrado quando o país se tornou república.

Somente duzentos anos depois, por iniciativa do senador da república e militante histórico do Movimento Negro, o escritor, artista plástico e ator Abdias do Nascimento, um projeto de lei inscrevia o nome dos líderes, João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luís Gonzaga das

Virgens, Lucas Dantas Torres, no Livro dos Heróis da Pátria do Panteão da Liberdade e da Democracia.

Foi em semelhante contexto histórico que surgiram , no Brasil, as chamadas ficções fundacionais: a literatura dos pais fundadores da nacionalidade literária, no romance, novela , poesia, no Romantismo, com seus mitos de origem e heróis e heroínas, visando à construção da comunidade nacional imaginada.

Embora tenha havido então um indianismo, não houve, paralelamente, um negrismo em tal produção.

No século XIX, as diversas etnias indígenas já haviam sido não apenas bastante dizimadas, em relação àquilo que elas eram à época do início da colonização , mas também bastante concentradas, em seus remanescentes, nas "selvas", distantes das cidades erguidas onde elas um dia habitaram.

Assim distantes do seu cotidiano, era mais fácil, para os escritores românticos, produzir representações de indígenas segundo padrões etnocêntricos de heroísmo e exemplaridade.

Alguns destes escritores, entretanto, como Gonçalves Dias, eram eles mesmos mestiços que haviam, portanto, experimentado, em suas vidas, o preconceito racial.

Deve-se a Nelson Werneck Sodré, em sua História da literatura brasileira, a tese de que a um indígena em padrões românticos, exaltado como bom selvagem, na esteira do enciclopedismo, teria correspondido, simetricamente, o recalque do negro, tido ideologicamente como ruim pela burguesia nacional escravista.

Desta perspectiva, a valorização de um indígena proporcionalmente tão idealizado quanto em vias de extinção e geopoliticamente distanciado do cotidiano urbano poderia consubstanciar uma idéia cara à ascensão social desta classe, como a do nativismo.

Em contrapartida, a relação do negro unicamente com o trabalho forçado e aviltado, no imaginário branco (que recalcaria a saga de resistência negra ao escravismo), o desqualificaria como herói desta ficção.

Em trabalho pioneiro, intitulado O negro como arlequim, Flora Sussekind defende a tese do duplo movimento, segundo a qual a este recalque das marcas do escravismo real como encobrimento da violência senhorial na exploração da mão-de-obra escrava corresponderia um deslocamento metafórico do escravismo para o campo seja dos conflitos amorosos seja dos sentimentos nacionalistas.

A ensaísta retoma a célebre tese de Roberto Schwarz, desenvolvida em “ As Idéias fora do lugar”, da contradição entre a importação, pelo Brasil, do ideário liberal europeu e a vigência do trabalho escravo no país, para apontar a utilização do escravismo como uma metáfora romântica , no contexto de uma impossibilidade de recalque ficcional completo do negro, na literatura brasileira do século XIX.

Ao lado desta presença por ausência, Flora vê no palco romântico de nosso país exemplos de arlequinização do negro, com os simulacros de escravos - atenuando as marcas da escravidão - de peças teatrais como as de José de Alencar .Tal descaracterização das personagens negras- infantilizadas, idealizadas, estereotipadas- será dominante, sobretudo após a abolição, numa tentativa de justificar a manutenção de privilégios, pelos antigos senhores, num contexto no qual, embora apenas formalmente , uns e outros eram agora livres: seu controle, pela parcela considerada adulta da população é exatamente o que preconizaria um Nina Rodrigues...

“ Num momento em que, ao menos diante da lei, se atribui igualdade a negros e brancos, são ativados mecanismos simbólicos de exclusão desse personagem, não mais escravo, mas potencialmente infantil, louco ou criminoso. E, portanto, necessitado da tutela de algum senhor “ caridoso”. Produz-se uma compensação simbólica para a equiparação jurídico-formal de negros e brancos, a infantilização do negro” (SUSSEKIND, 1982: 59).

Até que a fundação do Teatro Experimental do Negro viesse a alterar este quadro, quando, eventualmente, atores afrobrasileiros desempenhavam papéis no palco, eram estes, invariavelmente ,de subalternos, quando não grotescos e estereotipados, pois para os papéis considerados nobres, em peças teatrais canônicas que mobilizavam personagens negros, eram convocados atores brancos, para atuarem pintados ...

No quadro pós-abolição, a Revolta da Chibata, em 1910, inclui-se no rol das rebeliões negras, uma vez que não apenas seu líder, o marinheiro João Cândido senão também 80% dos revoltosos eram afrodescendentes e que o castigo corporal, contra o qual eles se rebelaram, era uma nítida reminiscência da prática escravista do açoite no código disciplinar da Marinha.

Uma imprensa negra desenvolve-se, já neste período republicano, a partir de 1915. A existência dela, em si mesma, bem como o papel social e ideológico que ela viria a desempenhar junto à comunidade afrobrasileira, enquanto imprensa alternativa, denunciam a falácia da tese de uma democracia racial, no país.

Oprimida economicamente, discriminada racialmente, estigmatizada socialmente, marginalizada dos direitos da cidadania neste período pós-abolição, em que ex-escravos e seus descendentes foram deixados à própria sorte, sem políticas públicas compensatórias da desigualdade instaurada entre senhores e cativos, esta comunidade afrobrasileira demandava veículos de comunicação específicos, que refletissem adequadamente seus anseios e reivindicações, os quais não encontravam eco na imprensa em geral.

Caracterizou-se este capítulo pouco conhecido da história da imprensa brasileira pela produção de jornais de pequena tiragem, bem como de breve período de duração, pois faltavam-lhe recursos para se manter por muito tempo, bem como para expandir as tiragens.

O primeiro jornal afrobrasileiro de que se tem notícia, O Menelick, data de 1915. Até 1963 (está certo?), a imprensa negra foi, fundamentalmente, paulista, encerrando o período com o Correio d'Ébano.

Numa tentativa pioneira de periodização, Roger Bastide localizou até 1930 a fase inicial desta imprensa, indo a seguinte até o ano-limite de seu trabalho, isto é, 1937, sendo a passagem de uma a outra fase marcada pela politização das reivindicações veiculadas.

O Clarim da Alvorada (1924) teria sido o mais influente e representativo periódico da primeira fase da imprensa negra. Ele dava aos eventos da comunidade afrodescendente, como um todo, a divulgação que lhe negava a imprensa hegemônica. O Xanter, O Bandeirante, O Alfinete, O Tamoio, A princesa do Norte, O Kosmos, A Liberdade Auriverde, O Patrocínio, O Getulino integraram-se ao elenco destas publicações pioneiras. A proposta de O Clarim, entretanto, ia além da desses microjornais, bem como do noticiário dos grupos sociais e das associações recreativas e esportivas que veiculavam.

Na segunda fase, A Voz da Raça consubstanciaria uma tomada de posição ideológica e uma opção política: órgão da Frente Negra Brasileira, fundada a 16 de setembro de 1931, reivindicava, politicamente, uma posição para o afrodescendente na sociedade brasileira.

Miriam Nicolau Ferrara, em sua dissertação de mestrado, defendida na USP com o título "A imprensa negra em São Paulo", assim se refere a esta fase:

“ No primeiro período(1915-1923), há tentativa de integração do negro na sociedade brasileira e a formação de uma consciência que mais tarde irá ganhar força. (onde fecha as aspas?)

Com a fundação do jornal O Clarim da Alvorada , em 1924, o segundo período atinge seu ápice em 1931 com a organização da Frente Negra Brasileira e em 1933 com o jornal A Voz da Raça. Este período termina com o Estado Novo.

O momento das grandes reivindicações políticas marca o terceiro período (1945/1963), com elementos do grupo negro se filiando a partidos políticos da época ou se candidatando a cargos eletivos (APUD MOURA, 1988: 208).

Jornais negros de Curitiba (União), do Rio de Janeiro (Quilombo, Redenção), Pelotas (A Alvorada), Niterói(A Voz da negritude), todos referidos por Miriam Ferrara, evidenciam uma dimensão geográfica mais ampla desta imprensa.

Clóvis Moura vê na trajetória dos periódicos de breve duração o percurso de uma idéia recorrente: a de que a ascensão social do afrodescendente se realizaria através de seu aprimoramento cultural, aliado a seu “ bom comportamento social”, ensejando-lhe reconhecimento, por parte da população branca.

Sua análise destas publicações mostra que a questão do acesso ao ensino público de qualidade pouco se faz presente então como reivindicação da comunidade.

Na maioria das vezes , a educação é identificada, nesta imprensa da época, a uma questão de âmbito privado, missão da família, com ênfase na introjeção de padrões de comportamentos valorizados pela sociedade maior como fator de mobilidade social.

Não obstante isto, Moura credita papel fundamental a esta imprensa, no que diz respeito à difusão de um determinado conceito auto-afirmativo de raça na comunidade afrodescendente.

Embora conscientes da discriminação racial, como fato empírico, os negros do início do período pós-abolicionista e republicano , viam no estudo e no trabalho as ferramentas igualitárias, creditando a fatores voluntaristas ,como o empenho em subir na vida, o peso de mola mestra desta ascensão.

O uso de roupas sociais, a adoção de padrões de comportamento europeus, ocidentais, valorizados pelos brancos, por exemplo, eram preconizados como se implicitamente fosse creditado ao próprio afrobrasileiro o seu destino e como se, portanto, fosse o voluntarismo a chave transformadora.

A desconstrução do mito da democracia racial era dificultada, naquela conjuntura histórica, pelo fato de que, nas palavras de João Batista de Jesus

Félix, em “Pequeno histórico do movimento negro contemporâneo”, “ A República não restringiu, pelo menos oficialmente, a cidadania do negro brasileiro” (APUD SCHWARZ, 1996:212) (poderia verificar as aspas?)

Ao concentrar na raça o potencial de uma revalorização simbólica, a imprensa negra da época articularia, portanto, positivamente, em termos identitários étnicos o que, para a sociedade maior ,racista, motivava, ao contrário, discriminação e estigma.

Neste sentido, o próprio título –A Voz da raça - dado ao mais significativo e polêmico de seus periódicos, é emblemático, pois o conceito, que, historicamente, vinha até aí associado a uma antropologia justificadora do colonialismo- e instauradora do racismo pretensamente científico de então- é revirado, contra-ideologicamente, em elemento de auto-afirmação do negro e de sua auto-estima como tal.

Num dos períodos mais ricos e também mais conturbados da história brasileira no século XX, o decênio 30, onde ocorreram revoluções , a chamada Intentona de 35, o putsch integralista,o Estado Novo..., é criada, a 16 de setembro de 1931, a primeira organização de massa afrobrasileira moderna, a Frente Negra Brasileira, que chegou a congregar dezenas de milhares de afrodescendentes.

No momento em que profundas transformações sociais se processavam no Brasil da Segunda República, militantes negros percebiam que tais mudanças não contemplavam as reivindicações históricas da comunidade afrodescendente: pelo contrário, com a crise de 1929 estava aumentando o índice de desemprego entre os afrobrasileiros.

A formação da Frente, neste contexto, constituiu uma culminância do trabalho coletivo, empreendido anteriormente pelas organizações que congregavam a população afrobrasileira,desde os quilombos , pela imprensa negra, do século XX, etc.

O Congresso Afro-Campineiro, realizado no Instituto de Ciências e Letras de Campinas, teve por objetivo não somente combater o racismo mas também avaliar globalmente a situação do afrodescendente no Brasil.

Visando à afirmação de direitos dos cidadãos afrobrasileiros, a Frente propunha-se, estatutariamente, a contribuir para a elevação da Gente Negra Brasileira, para a assistência a ela, para isto disputando cargos eletivos de representação política da comunidade afrobrasileira, isto num quadro histórico no qual o poder político estava repartido entre famílias tradicionais e imigrantes recém enriquecidos no bojo da industrialização do país.

A militância da FNB, na tradição das associações de promoção do negro na sociedade maior, ainda dava ênfase a aspectos de natureza moral na construção de um novo negro, que invertesse a representação produzida pelo imaginário branco.

Sua atuação se estendeu a diversos pontos do território brasileiro, combatendo o alijamento do negro do processo de industrialização nacional e sua segregação, onde quer que esta se manifestasse.

Transformando-se em partido político em 1936, seria logo depois fechada, com os demais partidos, pelo Estado Novo.

Na avaliação de Abdias do Nascimento, “suas idéias e práticas, em conjunto com as de muitas outras organizações como o Clube Negro de Cultura Social ou o Centro Cívico Palmares, ajudaram a forjar um novo afrobrasileiro, menos acomodado diante das manifestações racistas e mais competitivo no mercado de trabalho” (NASCIMENTO, 1997: 56).

Medidas como a cobrança judicial de salários dos associados que fossem demitidos sem justa causa de seus empregos, ou contra proprietários de imóveis que discriminassem locatários negros consolidaram a consciência do êxito de formas de resistência coletiva ao racismo.

Na década seguinte, Abdias funda o Teatro Experimental do Negro, no espírito da Frente e das organizações do decênio de 30, isto é, voltado para a afirmação identitária afrodescendente alicerçada nas matrizes africanas de sua cultura, numa época em que não eram encontrados, usualmente, negros nem na platéia nem no palco dos teatros brasileiros (donde o objetivo do TEN de formar atores, dramaturgos afrodescendentes com identidade étnica).

Mudava-se o eixo do enfoque do combate ao racismo- tradicionalmente atomizado dentro da sociedade brasileira, como algo concernente apenas aos negros-, passando-se à discussão do tema num patamar de questão nacional.

A partir dos anos 70, beneficiadas pelas lutas negras da década anterior, ocorridas no plano internacional, contra o colonialismo na África e em prol dos direitos civis, nos Estados Unidos, surgem novas organizações afrobrasileiras.

A incorporação e a adaptação de temas e táticas importados significava, apenas, que a comunidade afrobrasileira estava alerta e informada, dispondo-se a buscar globalmente e a utilizar localmente os meios mais adequados à efetivação de seus direitos.

O período que medeia o fim do Estado Novo e o surgimento, em 1978, do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR, depois MNU), foi pontuado por vários eventos significativos.

A Convenção Nacional do Negro, em São Paulo, por exemplo, foi um destes.

Em sua Declaração Final, ela já enfatizava a necessidade de medidas complementares à legislação brasileira do emprego, em áreas específicas como educação e economia, para que a igualdade não apenas no trabalho mas também na vida social como um todo fosse alcançada, de modo efetivo, pelos afrobrasileiros, bem como propunha, pioneiramente, à Constituição de 1946, a tipificação do racismo como crime (que, entretanto, não aprovou a matéria...)

A realização, em 1950, do 1º Congresso do Negro Brasileiro, no Rio, foi outro destes eventos significativos, consolidando o protagonismo afrodescendente na discussão dos seus temas relevantes.

No início dos anos 70, o Grupo Palmares, de Porto Alegre, realizou um primeiro ato evocativo do 20 de novembro, dia da morte de Zumbi.

Dai por diante, a prática foi sendo adotada noutros estados, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, assinalando uma nova fase do movimento negro brasileiro, aglutinando-se em torno da memória de Palmares.

Quase ao final da mesma década, o então MNUCDR, recém criado, em congresso realizado em Salvador, propunha que a data passasse a ser chamada Dia Nacional da Consciência Negra. Propunha, também, transformar as comemorações do 13 de maio, que escondiam a manutenção da dominação sobre o negro depois de abolida a escravidão, em Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo.

A partir de 1979, já com a sigla MNU (por entender que a luta dos negros brasileiros abrange mais do que o combate ao racismo), juntou o seu apoio às reivindicações pela volta do estado de direito, denunciou as torturas de presos políticos, como a de presos comuns, em sua maioria negros, assumindo também o engajamento em prol de bandeiras sindicais, agrárias e educacionais e em questões internacionais.

Também na fase contemporânea do movimento negro brasileiro, como ocorrera historicamente, destaca-se a organização da mulher afrodescendente, agora contra a opressão simultânea de raça e de gênero, delineando a ação política de um feminismo anti-racista, na junção do Movimento Negro com o Movimento de Mulheres, ambos isoladamente insuficientes no tratamento das questões da mulher negra, que traz à cena política, segundo Sueli Carneiro, “as contradições resultantes das variáveis raça, classe e gênero (CARNEIRO,1997: 231).(aspas?)

Lúcia Maria Xavier de Castro destaca que no I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em dezembro de 1988, em Valença, Rio de Janeiro, estabeleceu-se “ um marco de organização e interlocução com a sociedade, de modo geral”(CASTRO,1999: 26), no sentido de dar visibilidade à mulher afrobrasileira como interlocutora de suas próprias questões , na perspectiva de sua dupla militância.

José Geraldo Rocha, em seu livro Teologia e negritude, relata que a experiência de participantes negros em ONGs apontou-lhes o caminho de formação de pequenas organizações específicas, pois, por estarem atuando não apenas academicamente mas também através da militância em movimentos sociais, esta sua dupla inserção – como agentes de transformação social geral e de luta antirracista- deu-lhes clareza quanto a esta estratégia de visibilização de questões relativas à negritude como pertinentes à construção da cidadania, na sociedade brasileira.

São fundados, à época, por exemplo, o Centro de Articulação das Populações Marginalizadas, o Instituto de Pesquisa e Cultura Negra, Criola, o Centro de Estudos, Cultura e Teologia Negra da Baixada Fluminense, no Rio, enquanto em São Paulo surge o Geledés-Instituto da Mulher Negra/SOS Racismo.

Em Minas, a Casa Dandara é fundada, visando a trabalhar a auto-estima, através de imagens belas e positivas de afrodescendentes. Também em nível internacional ONGs negras brasileiras articulam-se com entidades como a Rede de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe.

Através das atuação de parlamentares negros, foram incorporadas à legislação políticas afirmativas, de ação compensatória, visando a reparar os efeitos da discriminação histórica, preconizadas pelo movimento negro histórico, a exemplo do que já ocorrera em vários países, nos quais diferentes etnias não hegemônicas foram vítimas históricas de desigualdade, exclusão, restrições e cerceamentos.

Da mesma forma, foram legalmente defendidas as terras dos remanescentes dos quilombos históricos.

Nas últimas décadas, firma-se também, no cenário literário nacional, a literatura negra ou afrobrasileira, num grande quilombo de palavras, surgido (embora ainda pouco visto pela crítica, a ensaística e a academia, em geral) da prática de publicações coletivas , em circuito editorial alternativo (Cadernos Negros, **Quilombhoje**), mas que já conseguiu ultrapassar as fronteiras brasileiras.

Não apenas na literatura, mas também nas outras artes, a presença de afrodescendentes, como sujeitos e não apenas como tema, vem sendo ampliada: feiras de livros afrobrasileiros, exposições, centros culturais, etc, vêm atuando neste sentido.

Capacitando lideranças, nas novas gerações, integrando e agregando militantes, fortalecendo a expressão política negra, conquistando o espaço historicamente negado aos afrodescendentes nos meios de comunicação e na publicidade, revitalizando, nos anos 90, a imprensa negra, com publicações como Raça Brasil, Black People, Ébano, e várias outras, com qualidade, gráfica e editorial, impactando os meios de comunicação e a publicidade, a indústria do consumo, atuando academicamente em núcleos e centros de estudos universitários específicos, o multifacetado movimento negro brasileiro vem marcando a cena brasileira e conseguindo importantes vitórias, na luta pelo fim do racismo, de todas as formas de exclusão e desigualdade.

No processo de visibilização do negro, do início da formação brasileira até hoje, a revisão da história oficial, com seu impacto sobre o livro didático, e os currículos escolares e acadêmicos, vem sendo levada a cabo, paralelamente à pesquisa da memória afrobrasileira e ao resgate de figuras e eventos que ficaram submergidos pela maré da construção do esquecimento.

Assim, por exemplo, outros líderes importantes do quilombo de Palmares, como Ganga Muíssa, Ganga Zona, Acaíne, João Gaspar, João Tapuia, Ambrósio, Dandara, Aqualtune, foram realçados, Zumbi reverenciado com a inscrição no Livro dos Heróis e o importante papel de Luiza Mahim, na organização da Revolta dos Malês evidenciado.

No que se refere a vultos já inscritos na história das Letras, no bojo do trabalho “arqueológico” de resgate, pela crítica feminista, de sua importância, como Auta de Souza, Maria Firmina dos Reis, foi destacada sua identidade étnica afrobrasileira, configurando, historicamente, a dupla marginalização das mulheres negras, pelo sexismo e pelo racismo.

Uma das mais importantes conquistas do movimento negro brasileiro consubstancia-se através da já referida luta pela instituição de políticas públicas específicas para afrodescendentes, sob forma de ação afirmativa, de caráter compensatório, que remonta, em âmbito parlamentar, ao início dos anos 80, ainda no período da abertura política da ditadura militar.

Com a Nova República, no bojo da criação do Memorial Zumbi, articulou-se um diálogo entre setores governamentais e o movimento negro brasileiro, quando ganha relevo a proposta de políticas públicas voltadas para a população afrodescendente.

Posteriormente, são criados órgãos de assessoramento governamental, como o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, do Estado de São Paulo, no governo Montoro, seguidos da criação de assessorias, divisões, programas, departamentos, em âmbito municipal, estadual e federal.

Durante os trabalhos constituintes, dispositivos propostos por iniciativa de parlamentares afrobrasileiros, por exemplo estabelecendo o racismo como crime inafiançável e imprescritível e determinando a demarcação de terras de remanescentes de quilombos, foram acatados, em nível federal; nos estados e municípios, este processo constituinte também foi marcado pela mobilização e atuação do movimento.

É, porém, somente em 1995, por ocasião do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, que é criado, por decreto presidencial datado do Dia Nacional da Consciência Negra, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, quando, segundo Abdias do Nascimento, “o presidente da República, numa afirmação sem precedentes, reconheceu oficialmente a existência do racismo no Brasil e a necessidade de combatê-lo.”(NASCIMENTO,1997: 99)

Quando se tem presente que o país oficialmente se pensou, durante tanto tempo, embalado pelo mito da democracia racial e, conseqüentemente, reagiu com o termo “racismo às avessas” às tentativas de afirmação identitária do negro, como forma de deslegitimação e desqualificação da luta anti-racista, fica mais evidente o quanto o trabalho de militância afrobrasileiro, ao longo da história do país, teve um papel decisivo no processo de transformação.

Referências bibliográficas

ALVES, Sebastião Rodrigues, 1997.” Somos todos iguais perante a lei.” In Thoth. Escriba dos deuses. Pensamento dos povos africanos e afrodescendentes, no 1, janeiro-abril. Brasília, Secretaria especial de Editoração e Publicações. Trabalho apresentado ao 1º Congresso de Cultura Negra das Américas, em Cali, Colômbia, no mesmo ano, e também publicado na revista Afrodiáspora, ano 3, no 5.

BASTIDE, Roger, 1973. “ A Imprensa negra em São Paulo”. In Estudos afrobrasileiros, São Paulo, Perspectiva.

CARNEIRO,Sueli,1997.” Raça, classe e identidade nacional”. In Thoth, no 2. Comunicação apresentada ao seminário internacional Superando o Racismo/Consulta ao Brasil, África do Sul e Estados Unidos, Iniciativa Relações Humanas Comparadas, Southern Foundation, realizado no Rio de Janeiro, em 2 a 4 de setembro.

CASTRO, Lúcia Maria Xavier de, 1999." Mulher negra: sua situação na sociedade". Cadernos do CEAP

CHIAVENATO, Júlio J.,1986.O Negro no Brasil, da senzala à Guerra do Paraguai.3ª edição, São Paulo, Brasiliense.

FÉLIX, João Batista de Jesus, 1996."Pequeno histórico do movimento negro contemporâneo". In Schwarcz, Lilia M e REIS, Leticia V. S. Negras imagens. São Paulo, Estação Ciência- EDUSP

FERRARA, Miriam Nicolau, s.d. " A imprensa negra em São Paulo". Dissertação de mestrado na USP, mimeo. Apud MOURA, Clóvis, Sociologia do negro brasileiro

MOTT, Luiz R. B., 1974.Branços, pardos e pretos em Sergipe, 1825-1830. Anais de História, ano 6.

MOTTA, Carlos Guilherme,1972.Nordeste 1817.São Paulo, Perspectiva.

MOURA, Clóvis, 1987.Quilombos.Resistência ao escravismo. São Paulo, Ática.

MOURA, Clóvis, 1988.Sociologia do negro brasileiro. São Paulo, Ática.

NASCIMENTO, Abdias do,1997." Dia Internacional contra a discriminação racial." In Thoth, no 1.

NASCIMENTO, Abdias do, e NASCIMENTO, Elisa LARKIN,1997."Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-1997".In Thoth no 3, setembro a dezembro.

NASCIMENTO, Abdias.,1997." Frente negra brasileira" .In Thoth no3.

NASCIMENTO, Abdias do, 1998."Dia Nacional da Consciência Negra, aniversário de Zumbi". In Thoth, no 6, setembro a dezembro.

NASCIMENTO, Elisa Larkin,1997." Projeto Estudos Contemporâneos: Mesa Redonda no Rio de Janeiro. In Thoth, no 3.

NASCIMENTO, Elisa Larkin, 1997."As civilizações africanas no mundo antigo". In Thoth 3.

NASCIMENTO, Elisa Larkin, 1998."Dunia Ossaim: reflexões sobre afro-americanos , meio-ambiente e desenvolvimento" .In Thoth no5, maio a agosto

NASCIMENTO, Elisa Larkin, 1998." O legado de Osiris". In Thoth no 4, janeiro a abril

NASCIMENTO, Elisa Larkin,1997." Introdução às antigas civilizações africanas". In Thoth 2.

OCTÁVIO, José, 1985.Violência e repressão no Nordeste. João Pessoa, edição do governo da Paraíba.

RIBEIRO, Matilde, 1995."Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing". In Dossiê Mulheres Negras. Revista Estudos Feministas, ano 3 no 2, 2º semestre.

ROCHA, José Geraldo da.1999.Religião e ética. Cadernos do CEAP,PNUD/MJ-Secretaria Nacional de Direitos Humanos/Projeto Cidadania e Direitos Humanos,.

ROCHA, José Geraldo da,1998, Teologia & Negritude. Um estudo sobre os agentes de pastoral negros. Gráfica Editora Pallotti, Santa Maria.

SCHWARZ, Roberto, 1977."As Idéias fora do lugar". In Ao Vencedor as batatas. São Paulo, Livraria Duas Cidades.

SUSSEKIND, Flora, 1982. O negro como arlequim. Teatro e discriminação. Rio de Janeiro, Achiamé.

SUSSEKIND, Flora, 1991. "As vítimas –algozes e o imaginário do medo" .In MACEDO, Joaquim Manuel de. As vítimas algozes. Quadros da escravidão, 3ª edição, Editora Scipione e Fundação Casa de Rui Barbosa.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, 1956. História geral do Brasil, 5ª edição. São Paulo, Melhoramentos.